

As comemorações do 155.º aniversário da Independência

Independência: Revolução e Contra-revolução

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

José Honório Rodrigues é membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Portuguesa de História, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do The Hispanic Society of America (Nova York), e da Royal Historical Society (Londres).

Londres. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, em 1937, e escreveu seu primeiro livro em 1940. Desde então, foi autor de vinte livros e de sessenta artigos, além de ter colaborado em grande número de obras coletivas. Foi bolsista da Fundação Rockefeller e do Conselho Britânico e lecionou nas Universidades de Colúmbia e do Texas. Teve também inúmeros artigos publicados no exterior e fez parte da direção de diversas revistas históricas estrangeiras.

Os cinco volumes de "Independência: Revolução e Contra-Revolução" (Livraria Francisco Alves Editora S. A.), publicados em 1975-76, dividem-se em: "A evolução política", "Economia e sociedade", "As Forças Armadas", "A liderança nacional" e "A política internacional". Para publicação na "Folha" procurou-se selecionar os trechos mais importantes e significativos, escolhidos sob supervisão direta do autor. (Coordenação de Ricardo Arnt).

Economia e Sociedade

A situação econômica nacional

A estrutura econômica é a mesma da colônia. Nada mudou, e pouco e lentamente mudará. As resistências são enormes. Condição em anos da independência o mesmo sistema de monocultura regional, de regime latifundiário, e de trabalho escravagista. A agricultura concentrada em poucos e certos produtos, algodão, açúcar, café, tabaco, couro, está voltada, como antes, para a exportação. O mercado interno é pequeno e pobre; a agricultura de subsistência ocupa grande parte da terra e da mão-de-obra. O principal é conseguir sobreviver. A exportação dos produtos primários financia a importação de bens manufaturados, vindos especialmente da Grã-Bretanha, que aos poucos firma sua posição dominante.

Era evidente que para atender a maior parte, modesta e pobre, dos quatro milhões de habitantes, havia um parque manufatureiro, que a supria de bens de consumo, de fazendas e tecidos ordinários e baratos, e de muitos produtos exigidos pela vida mais simples. A pequena elite, os grandes proprietários rurais, os proprietários urbanos, os comerciantes nacionais e estrangeiros, a burocracia mais elevada, supriam-se de artigos importados, desde a manteiga até a roupa de fazenda inglesa ou os vestidos no rigor da moda francesa. Foi assim desde a colônia, quando se importava via Portugal, e depois, com a abertura dos portos, em 1808, se ampliou e durou até a primeira década deste século.

O fundamental era o sistema de propriedade e o trabalho escravo, e as relações sociais e políticas que este sistema encerrava e mantinha. Não havia, essencialmente, nenhuma diferença em relação ao sistema colonial, e só uns poucos mais ilustrados, com uma consciência social mais esclarecida, pensavam em reformar o sistema econômico e social. Mas não era esta a aspiração geral da liderança, que fez a independência. O algodão, o açúcar, o tabaco, o couro, e agora o café geravam grandes riquezas, e foram os ricos e os grandes proprietários os principais sustentáculos da independência, embora não fossem ricos, mas altos funcionários, os principais autores do movimento.

Se o Visconde do Rio Seco, um dos homens mais ricos do Rio de Janeiro não foi pró-independência, pelo Brasil inteiro os líderes, se não eram os grandes proprietários, eram homens ligados aos seus interesses econômicos. Maria Graham escreve que os Andradas representam bem os grandes proprietários, na Bahia, não somente a família da Casa da Torre participa e luta pela independência, como Rebouças aponta que, quando se constituiu a Junta da Cachoeira, o presidente-patriota era Antônio Teixeira de Freitas Barbosa, "Abastado negociante, proprietário urbano e rural". O homem mais rico do Piauí, Simplicio Dias da Silva, foi um dos primeiros a lutar pela independência, e pouco depois teve, ao seu lado, outro grande proprietário de terras, de grande riqueza também, Manuel de Sousa Martins. Dois homens muito ricos que estiveram ao lado da independência, o primeiro de D. Pedro, foram os militares José Egídio e Cordeiro Barbuda, depois 2.º Visconde de Camamu, e o General Manoel Marques de Sousa, o mais rico do Rio Grande do Sul.

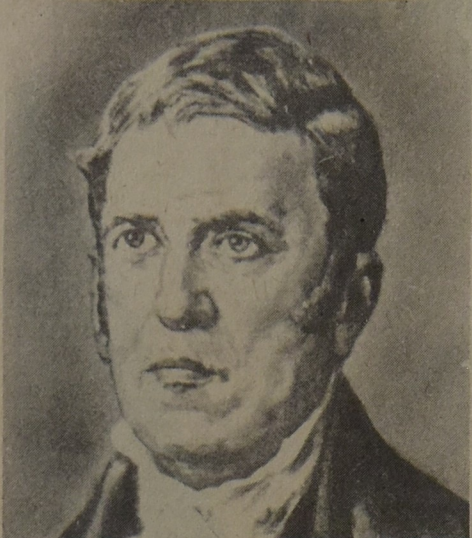
Haviam muitos homens ricos, imensamente ricos no Brasil, como aquele que Saint-Hilaire encontrou em 1822, em São Paulo, quase na fronteira com o Rio de Janeiro, proprietário do Rancho Grande. Isso não significa que a independência tenha sido um movimento dos grandes proprietários de terras, dos grandes e pequenos comerciantes lusitanos e os pequenos, na sua maioria, eram portugueses e continuaram a ser durante quase todo o Império, gerando conflitos nacionalistas de maior ou menor gravidade: Os grandes, não. Manobramos quanto puderam, ficaram aqui, fingiram aceitar tudo, excitando a tropa portuguesa, financiando suas proclamações e cartazes, e mais tarde formando a base do partido português que serviu aos golpes de D. Pedro e ao seu sucessor.

A gente do povo participou de tudo, como veremos a seguir, mas não lhe coube a direção, nem pôde imprimir o rumo que modificasse a estrutura da economia colonial, latifundiária e escravocrata.

A independência de 1822 foi feita numa época de prosperidade mundial, com todos os preços dos produtos primários em ascensão, especialmente o café e o açúcar, como vimos. A receita nacional em 1822, de 2.246.519\$330 réis, era insuficiente para atender aos gastos nacionais, especialmente nas crises de 1822 e 1824.

Mas, como as mudanças rápidas não são características da sociedade brasileira, nem antes nem depois da independência, não é indispensável absoluto rigor cronológico. Seus males e seus bens vivem e sobrevivem aos tempos, e resistem com todo o vigor às tentações divinas ou diabólicas de reformar e mudar. O conservadorismo brasileiro, herança portuguesa, está empocado de um marasmo estéril e de uma estagnação relaxada e indisciplina. Mesmo quando um homem de gênio e da maturidade de José Bonifácio tentou, em 1822, dar um meio de resistência das classes dominantes preferem disfarçar com modificações formais as reviravoltas substanciais que deviam promover. Num ano e pouco de governo, os sonhos reveladores de José Bonifácio foram impedidos de subsistir, e logo destruídos, não sem que primeiro ele conseguisse fazer e vencer a guerra, que era o passo inicial.

O colonialismo português ainda não tinha sido desenraizado do país, e já se estabelecia um colonialismo interno, de certas classes, de certos grupos étnicos sobre outros, uns bons, outros, mais, uns abencoados, outros amaldiçoados. Varnhagen era, por expressão disso, sua ideologia conservadora, que exprime os conceitos da nova sociedade, significa liquidar, aniquilar a barbaria que deformava no estrangeiro a imagem bonita que a elite fizera de si mesma. Haveria assim, desde o começo, um país oficial, "para inglês ver", e um país real que se queria destruir a ferro e fogo.



Joaquim Gonçalves Ledo

Em conclusão, o Brasil possuía no topo da hierarquia, o clero, o senhor de terras e produtor de gêneros, o traficante de escravos e o grande negociante. Os doutores, funcionários e os pequenos comerciantes formavam a classe média superior e média média, os mulatos e negros livres, a classe inferior, e no último degrau da escala, o negro escravo. Mas foi sempre o povo mais modesto, os negros escravos, trabalhadores do campo e da cidade, os que suportaram o peso do esforço, o cansaço, a intemperie: foram eles o sustentáculo do crescimento econômico. Muitos brasileiros, no campo e na cidade, lutaram só, ontem como hoje, para sobreviver.

Em resumo se pode dizer que a estrutura social era composta de duas classes extremas e principais: uma pequena minoria de senhores, uma grande massa de escravos, e no meio uma pequena classe de profissionais liberais, calceiros e oficiais mecânicos.

Não se deve confundir os criados escravos, estes desta cena, com os criados domésticos da Casa Imperial. Não havia criados brancos, não era comum criado negro livre. Mas a designação de criados aplicava-se a todos os que serviam no Palácio, mesmo nos cargos mais honrosos. Maria Graham sofreu muito por insurgir-se contra essa designação.

Os casamentos realizavam-se com poucas pessoas, escreve Caldeuigh, que teve oportunidade de assistir a alguns. Era curta a cerimônia, e casava-se muito jovem, havendo mães com 13 anos de idade. O clima e os hábitos de isolamento das mulheres brasileiras tinham um efeito considerável sobre seu aspecto. Em poucos anos uma pessoa admirada pela sua beleza mudava completamente, a tal ponto que ele calculava que sua juventude se estendia de 10 a 25 anos.

As Forças Armadas

A Independência não foi um desquite, uma separação amigável, como afirmou Oliveira Lima, no seu O Movimento da Independência. Foi uma guerra, quer pela mobilização de forças no Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Cisplatina, quer pelos combates na Bahia, no Piauí, no Maranhão e no Pará. Nem a guerra foi somente na Bahia, nem a guerra na Bahia foi baiana, porque nela combateram oficiais e soldados fluminenses, pernambucanos, parabaianos, sergipianos, alagoanos e mineiros. E simples, assim, reafirmar que sem as forças armadas não seria possível conseguir a independência, a menos que fosse verdadeira a afirmação de Oliveira Lima.

Nenhum historiador, ou nenhuma história da Independência, geral ou especial militar deu a amplitude e o desenvolvimento que este livro dá a esta questão fundamental da Independência. Nele estudamos o Exército e a Marinha portuguesas no Brasil, os oficiais e soldados portugueses que aderiram às forças brasileiras, o nascimento do Exército e da Marinha brasileira, os oficiais e soldados estrangeiros que serviram ao nosso corpo armado, a campanha militar em si, não só a guerra onde se desenvolveu, mas onde a exibição ostensiva de forças dominou qualquer pretensão militar portuguesa e expulsou suas tropas. Examina os efeitos da guerra e finalmente compara as tropas combatentes da Independência no Brasil e na América.

Foram os soldados da Independência, obscuros lidadores, cujos nomes se perderam através do tempo, os grandes obreiros da unidade política e da integridade territorial nacional. Milhares de pessoas sem nome, agindo com maior ou menor consciência, se constituíram, com seus comandantes, numa força social. Ninguém pode ignorá-la ou obscurecer seus feitos. A independência foi uma obra política e militar. Um exército improvisado fez muito mais do que dele era lícito esperar. Unidos, povo e exército, se constituíram numa força revolucionária que acabou com o jugo colonial.

A GUERRA

A independência não foi uma vitória incruenta, como sempre se sustentou na história do Brasil. Ela foi diminuída para valorizar a obra da Casa de Bragança, para obscurecer o papel dos brasileiros, para favorecer o conragamento luso-brasileiro. Tampouco foi uma guerra municipal, ferida apenas nos arredores de Salvador, ou em lugares do Maranhão e Piauí, ou somente no Belém do Pará. A guerra foi sangrenta especialmente na Bahia e no Maranhão.

A guerra da Independência não é a guerra da Bahia, como a tem querido ver a historiografia baiana, para valorizar a contribuição de sua gente à Independência. A guerra da Independência compreende todos os pronunciamentos, conspirações e indisciplinas militares das tropas portuguesas no Rio de Janeiro durante a Regência de D. Pedro até a sua expulsão. "Desde o começo de 1821, o Brasil era teatro de frequentes pronunciamentos da tropa, que afrontavam até a autoridade real, primeiro do Rei, depois do herdeiro da Coroa, impondo a ambos as mais deprimentes humilhações", escreveu com toda razão Tobias Monteiro.

Guerra cruenta ou não, sempre houve imposição de força, que define o poder da Independência. Se foi somente na Bahia, Maranhão, Piauí e Pará, que a guerra foi cruenta, é porque nelas as forças e os interesses portugueses sobrepujaram os brasileiros, e impuseram a estes as suas condições. Se as três últimas províncias estavam mais perto de Lisboa que do Rio de Janeiro, a Junta da Bahia, composta de seis portugueses e três brasileiros, e com o apoio destes, seicentos e obteve a expulsão dos portugueses, e forçou o poder colonial, e foi a que permitiu a desembarcar parte das tropas expulsas do Rio de Janeiro.

No grande drama, na cruzada da luta, não foi só a Bahia a heroína da Independência. O sangue derramado não encharcou somente aquele solo, porque foram terríveis as lutas pelo interior do Ceará, do Piauí, do Maranhão e do Pará. E certo, como escreveu Tobias Monteiro, que "a importância da Bahia, devida ao seu passado, à sua riqueza, à sua posição geográfica, era elemento capital à união nacional. Se ela se desagregasse



D. Pedro I, imperador

do Império, o exemplo desta mutilação poderia ter influência funestíssima e acarretar consequências desastrosas em todo o Norte, cuja parte extrema não se queria desprender da metrópole, e a restante, salvo Pernambuco, talvez fosse fraca para resistir à pressão que se lhe impusesse".

O sentimento da independência unia pela primeira vez as aspirações políticas dos brasileiros, nivelava todos os patriotas desde o cearense, cujas proclamações estão nutridas de patriotismo, até o rio-grandense-do-sul. "Reina entre os naturais do Rio Grande um espírito de nacionalidade sumamente melindroso", escrevia Nicolau Dreys, que lá se encontrava. "No tempo da separação de Portugal, quando apareceu ali o protesto enérgico do digno Patriarca da Independência, vimos-lhe tão ufano do glorioso nome de brasileiros, que, em presença da exaltação que os dominava, os estrangeiros que se achavam no país parecavam de toda a sua prudência para evitar qualquer conflito".

Dreys achava que o sentimento de predileção que o rio-grandense-do-sul consagrava ao seu país nascia do contato e rivalidade com seus vizinhos, e continuava: "A ela talvez, isto é, a essa rivalidade, entretida pelo apaixonado patriotismo dos rio-grandenses, é que se deve a conservação integral do território e de sua existência política, apesar de tantas e tão continuas guerras que o têm assolado, e da conformidade de vida, de hábitos e gostos que podia operar a fusão de todos esses povos".

O patriotismo da Independência não foi propriedade de nenhum brasileiro, embora seja certo que a paixão patriótica vacilou no Maranhão, no Piauí, no Pará e na Bahia.

O MITO DA INDEPENDÊNCIA INCRUENTA

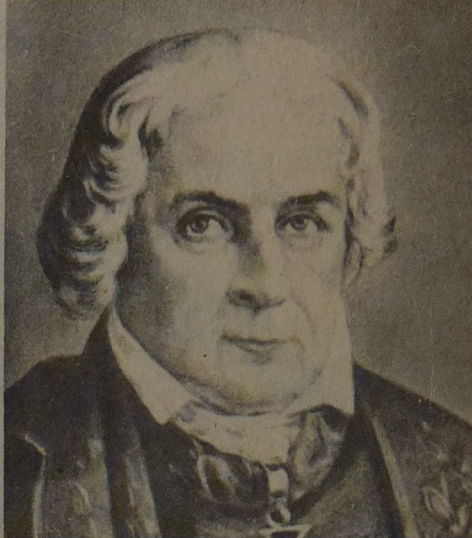
Em primeiro lugar, a Independência não foi doada em parte alguma do Brasil. No Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, foi necessário dominar as forças portuguesas, reunir milícias, convocar as forças brasileiras, combater a traição de soldados e oficiais portugueses, e à força expulsá-los da terra, muitas vezes à custa de sangue, como veremos nos capítulos seguintes. Foi assim em todo o campo militar, terrestre e naval. Em segundo lugar, a guerra na Bahia e no Maranhão não foi feita só pelos baianos e maranhenses, contou também com o auxílio militar brasileiro, com forças de várias partes do Brasil e com recursos financeiros e navais do Rio de Janeiro. Na Bahia e no Maranhão forças locais contaram com auxílio carioca, pernambucano, alagoano, sergipano, cearense e piauiense. Portanto, a conclusão não é válida. Foi a revolução brasileira que decidiu a unidade nacional. Se foi grande o número de combatentes baianos, não foi menor o de maranhenses, nem a guerra da Bahia custou em combates, sacrifícios, sangue, mortos e feridos, mais que a do Maranhão. Se na Bahia, como escreveu Caldeira Brant a Antônio Teles da Silva, se achavam "pela rua e pelas casas grande número de mortos a fome", no Pará, onde "tudo se fez sem o menor derramamento de sangue, graças a um estratagemas", como escreveu Varnhagen, houve fuzilamentos, deportações e 249 mortos, assassinatos e mortes. Naturalmente, nem todos tiveram uma abedessa como Joana Angélica brutalmente morta a baionetadas, ou o velho capelão do convento morto a coices de espingarda. Mas parece que nenhum combate, durante a guerra, teve, como o de Genipapo, no Piauí, em 1.º de abril de 1823, tantos mortos, calculando-se em mais de quatrocentas pessoas.

Não é certo, portanto afirmar que "as devastações, as fomes, os assaltos, os incêndios, todas as angústias e atrocidades da guerra, por causa da independência do Brasil, só a Bahia as sofreu", pois por toda parte onde irrompeu, a guerra veio, como vimos, acompanhada de todos os sofrimentos: violências, deportações, fuzilamentos, assassinatos e mortes. Naturalmente, nem todos tiveram uma abedessa como Joana Angélica brutalmente morta a baionetadas, ou o velho capelão do convento morto a coices de espingarda. Mas parece que nenhum combate, durante a guerra, teve, como o de Genipapo, no Piauí, em 1.º de abril de 1823, tantos mortos, calculando-se em mais de quatrocentas pessoas.

É assim puramente baírrista a tese de Brás do Amaral e de Xavier Marques, que transformam a Independência numa vitória baiana: "A independência é uma conquista da guerra na Bahia". O estudo de Xavier Marques, bem escrito literariamente, apresenta a visão baiana da independência. É incongruente, porque sustenta ao mesmo tempo a incruza da independência nacional e a unicidade da guerra na Bahia. Ensaio literário ou crônica, desconhecendo a história geral da independência do Brasil, seu livro quer contrastar as calamidades sofridas pela conquista da independência na América Espanhola com a originalidade brasileira, que consistiu em ter escapado às violências das guerras e revoluções.

Na América Espanhola, a Independência foi uma conquista da força: no Brasil adultera a verdade quem a considera uma vitória da espada. A maior glória da Independência é que ela teria sido a vitória da moderação, da paciência, da reflexão. E depois de escrever essa tolice, afrontando a historiografia, ele aumenta a enormidade de seu despropósito com esta frase modelar como exemplo de incapacidade interpretativa: "De fato, se a Independência do Brasil foi uma reivindicação em geral pacífica, foi também o prêmio de uma vitória alcançada nas armas. Esta vitória quem a disputou e a ganhou foi efetivamente a província da Bahia". Fortificando seu disparate, "o centenário da Independência nacional é o centenário da vitória da Bahia, aos 2 de julho de 1823".

Apague-se assim das páginas da história a obra nacional do Rio de Janeiro, de São Paulo, a ação vigorosa sobre forças inimigas antes que elas ousassem combater em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, o auxílio mineiro e das outras províncias, e, sobretudo, a guerra do Maranhão, maior em efetivo, em batalhas, talvez em mortos e feridos. Esqueça-se o trabalho de José Bonifácio e do seu Ministério, a organização do Exército e Marinha nacionais, sem cujo apoio a



José Bonifácio, o Patriarca

Bahia sofreria muito mais. Não. A Independência foi conquistada pela guerra, numa vitória nacional preparada pelo grande Ministério de José Bonifácio e alcançada pelo Exército e Marinha nacionais.

OS EFEITOS DA INDEPENDÊNCIA

Os resultados positivos mais significativos eram, em resumo, os seguintes: 1) as 19 províncias tornavam-se independentes e unidas no Império do Brasil; 2) o Império ganhava a soberania sob um vasto território já definido na posse pela obra e ação do povo brasileiro; 3) os governos vice-reais e coloniais eram substituídos por governos com assembleias representativas do povo, embora fosse a presidência de nomeação imperial; 4) o conceito das propriedades reais e o sequestro dos bens dos inimigos passavam à propriedade da nova nação, embora o Tratado tivesse imposto uma indenização; 5) a Igreja Católica como instituição deixava de ser subordinada à portuguesa, e o direito do padroado passava ao imperador, nacionalizando a nos seus quadros hierárquicos superiores; 6) dava-se base à vida política.

Finalmente a ruptura do sistema representativo, logo nos primeiros anos do nascimento da nação, foi o empecilho para as novas conquistas esperadas: uma repartição mais democrática do sistema da propriedade, a extinção dos foros e morgados, pilares do sistema aristocrático, que não foram logo abolidos (os segundos somente em 1835); nem o tráfico de escravos (somente 1850); nem a escravidão, mesmo gradual (somente em 1888). A democratização da educação e a melhoria da saúde pública esperam até hoje sua verdadeira realização.

Como conclusão final, pode-se dizer quem se o Brasil não foi provincializado, dividido, separado, isto se deve sobretudo aos esforços e recursos do Rio de Janeiro, já então, cabeça e coração do Brasil, auxiliado principalmente por São Paulo.

A guerra nos Estados Unidos durou 20 anos, na América Espanhola de Bolívar, 12 anos, no México 11, no Haiti 2, no Brasil um pouco mais de um ano, e na Argentina um golpe decidiu a questão. A duração, os combates, as sangueiras diferenças umas das outras, mas o importante foi a ostentação de força capaz de se opor ao jugo colonial, enfim, a criação das forças armadas nacionais, sem as quais nada seria conseguido.

A diferença essencial entre a independência dos Estados Unidos, do México, de toda a América Espanhola, do Haiti francês, e a do Brasil, é que só o Brasil pagou aos seus antigos senhores. Uma vergonha sem igual na história da América, praticada por D. Pedro e seus ministros, aqueles que promoveram a contra-revolução, enquanto José Bonifácio sofreu exílio por ter sido sempre íntegro, independente, corajoso, culto, consciencioso e nacionalista.

A Liderança Nacional

O vigor, a vitalidade, a força da liderança da independência não é um mito, é um fato. A qualidade essencial que distinguiu a liderança foi a visão de longo alcance e a capacidade de criar o respeito pela sua autoridade, de diminuir o divórcio entre a lealdade individual e nacional, de ajustar valores aparentemente contraditórios, de aclarar e vencer obstáculos difusos, de acelerar a transformação social e econômica, de servir de fonte de inspiração.

Embora os fatos tenham encaminhado os homens e não estes aqueles, como observou o Tenente-Coronel Pinto Peixoto, a verdade é que as personalidades que lideraram o movimento pesam muito no curso de sua evolução. A possibilidade da independência trouxe para a cena histórica muita gente, humilde ou grande, de todas as cores e classes.

Os conselheiros e auxiliares de D. Pedro fazem parte daquela camada ilustrada por leituras europeias, que desconhecia a realidade nacional, que julgava severamente as insuficiências de seu povo, e lhe atribuía tudo de mau que havia. A opinião pública e os jornais eram manipulados por ela, por seus interesses ela não desejava nem facilitaria a separação de Portugal e o rompimento total com o colonialismo.

A liderança da independência não é formada pela burocracia que serve a D. Pedro, nem pelos portugueses lusitanos que são exaltadamente, os que mais desejam evitar a liberdade. "A classe dos negociantes é justamente a que mais deseja colonizar o Brasil e todos, em geral, têm pela capacidade e valor do brasileiro o maior desprezo possível", escrevia Brant para José Bonifácio. Era assim por toda parte, no Rio de Janeiro, como observou o cônsul americano Condy Raguet, e no Maranhão, no Pará, na Bahia, em todas as províncias, onde era forte seu poder.

É assim mesmo. Em cada época convivem três gerações: a revolucionária, a moderadora e conciliadora; e a repressiva e contra-revolucionária. As tendências dominantes coexistem com as que se lhes opõem, porque toda a oposição se mantém no terreno e na estrutura da época. José Bonifácio tem 59 anos, mas é o mais jovem de todos, o mais avançado nos planos de governo, e na capacidade de ação. Os jovens, o mais jovem como D. Pedro (24 anos), D. Leopoldina (25), Domitila, a futura Marquesa de Santos (25), Montezuma (28), Drummond (28), Miguel Calmon (28), Antônio Pereira Rebouças (28), são contemporâneos de José Bonifácio com 59 anos. Mas José da Silva Lisboa, que tem 66, e o líder do pensamento retardatário, não é um contemporâneo, é um anacronismo; Barata, com 60, é um precursor essencial à história. Uma geração é uma variedade humana, representativa de uma concepção da vida, e convive e coexiste com os seus coetâneos, mas não contemporâneos.

A época da independência é uma fase polêmica e de combate, em que se procura enterrar os

mortos e dar mais vida aos vivos. Contemporâneos — os que vivem no mesmo tempo histórico — coexistem com os que são coetâneos, isto é, os que têm apenas a mesma idade, mas pertencem a tempos históricos distintos.

A geração da independência se compõe de gente de idade variada, de concepções de vida diferentes, mas que se une no objetivo comum de conseguir a liberdade nacional. Nem todos querem romper com a estrutura colonial, eliminar os males do sistema. Havia, nas camadas superiores, monarquistas e republicanos, liberais e conservadores, radicais e reacionários.

D. PEDRO

Um aventureiro alemão que o conheceu escreveu que D. Pedro (12.X.1798-24.IX.1834) "é um belo homem, de estatura mediana e rosto marcado de bexigas, com esplêndida barba negra; seu porte é naturalmente ativo; fala depressa e decidido; exprime-se sofrivelmente em francês, os olhos pretos e brilhantes não se fixam muito tempo em um lugar. Percebe tudo o que se passa ao seu redor; gosta de dar um tom jovial às perguntas mais sérias. Quando ri, o que não é raro, mostra uma fileira de dentes alvissimos. Seu traje era acomodado ao clima e à hora: um casaco pardo e leve, chapéu branco, calças brancas, um lenço de seda de cor passado descuidadamente ao pescoço".

Outro alemão, Carl Seidler, escreveu que D. Pedro era antes pequeno que grande, sua atitude denunciava o militar, a severa seriedade derramada sobre seus gestos revelava o senhor; apesar do rosto levemente marcado de bexigas, da desproporção entre a parte inferior do corpo e o tronco, dos braços curtos demais, era inconteavelmente, à primeira vista, um homem bonito. Seidler que o descreve vestido de casaca azul, calças brancas, rosto ensombrado por um chapéu de abas largas, com ele conversou em francês.

Quando José Bonifácio o encontrou no Rio de Janeiro e foi por ele condecorado a ser ministro, e se negou, e o Príncipe insistiu, uma das testemunhas assim descreveu esse momento: "Mas quem pode resistir a tanta bondade e a tanta virtude do Príncipe Real, que além de virtudes morais apresenta a mais bela figura de homem e as mais doces maneiras de tratar os outros homens? Por fim, tendo-lhe o Sr. Andrada dito verdades, que não podiam agradar a certos que ali apareceram com olhos e orelhas compridas, ficaram em que ele aceitaria abaixo de condições; e, respondendo-lhe que estaria por todas e que ele as declarasse, disse o Sr. Andrada: não, isso deve ser em particular, porque são de homem a homem".

D. Pedro e José Bonifácio eram dois homens de verdade, e por isso foram ambos tão necessários um ao outro nas horas difíceis da afirmação e da guerra. D. Pedro tinha uma voz poderosa, era de hábitos e costumes simples; não era raro que o primeiro som que ouvisse pela manhã, conta Maria Graham, fosse o de D. Pedro, gritando aos colonos e escravos, atento e cuidadoso: dormia pouco, levantava-se pelas cinco horas e até às sete ocupava-se de negócios privados e almocava; das sete à uma hora, dedicava-se aos negócios públicos; à uma hora, jantava; fazia a sesta, passeava a cavalo, às 4, com a imperatriz e as duas jovens princesas; ia ao teatro às 6 ou ouvia e tocava música, comia alguma coisa antes de dormir, às 11 horas.

D. Pedro era muito ativo e enérgico, tinha predileção por cavalos e cães, e uma paixão o dominava: o belo sexo. Seus casos e suas aventuras estão contadas por muitos curiosos da petite-histoire, especialmente por Alberto Rangel, na sua obra definitiva sobre suas relações com a Marquesa de Santos.

Era sabido que D. Pedro tinha grande consideração pela sua mãe, e era também sabido que ela lhe inspirava quase tanto amor quanto temor, escreveu Maria Graham.

A figura de D. Pedro tinha muito de atraente, e se não era majestosa, era elegante, de estatura não e bem proporcionada. "No físico e no moral formava um de João um verdadeiro contraste. De temperamento arrebatado, não sabia esperar, e não se sujeitava a etiquetas, e a todos preferia tratar familiarmente, ao dizer o que pensava, não media conveniências e nem punha reparo no lugar nem nas pessoas. Dispunha de bastante inteligência, observava com critério e resolvia com firmeza e segurança. A sua educação, porém, tinha sido descuidada... Era amigo de cavalos, e os melhores possuía... Não tinha afetição e era afável. Gostava, algumas vezes, de descer de sua elevada posição para pôr-se ao lado de gente muito humilde".

Ao contrário de D. João, que não possuía coragem pessoal, D. Pedro era bravo e destemido. Diziam que ao passar pelo caminho das lanteiras, atual Rua Senador Euzébio, à noite, para recolher-se ao Palácio, não hesitava, mais de uma vez haviam atirado contra ele. Apesar disso, D. Pedro nunca mandou acender os lâmpados que iluminavam o caminho. Costumava dizer: "Sei que minha mãe é uma... mas devo-lhe ter-me perdido sem medo!".

Parido sem medo, sem medo viveu. D. Pedro era um emotivo, impulsivo, varonil, e não sabia dissimular; sujeito a explosões repentinas de paixão violenta, logo sucedidas por generosa e franca delicadeza, pronta a desfazer o mal que pudesse ter feito ou a dor que pudesse ter causado nos momentos de raiva. Assim o retrata Maria Graham. Com José Bonifácio durou sete anos a raiva que os separou; mas de novo se uniram, sendo este, como ele, um homem de grande paixão.

Em 1824, ao escrever para o seu patrício e amigo Antônio Teles, depois de vangloriar-se de ter à viva força dissolvido a Assembleia e não ser coagido pelas forças demagógicas e democráticas, D. Pedro afirmava, sem hesitação, estar "intimamente convencido, de que um Imperante, que não ama a liberdade de seu País, e que não dá aos Povos aquela justa liberdade, que lhe segure suas propriedades, e pessoas, e que antes trabalha com mil males em fazer grilhões, não só para agrihoar seus súditos, mas para junto com outros Imperantes agrihoar o Mundo inteiro, é indigno de ser Imperante, deve pertencer a classe das feras, e não dos homens, e ser proscrição da sociedade. Estes os sentimentos que você bem conhece eu tenho, porque muitas vezes me ouviu dizer — Amo a liberdade, e se me visse obrigado a governar sem uma Constituição, imediatamente deixaria de ser Imperador, porque que quero governar sobre corações com brio, e honra, corações livres, e não sobre corações lodosos, podres, e servís, como os daqueles povos aonde ainda não há Constituição".

A glória não pertence só a ele; nem a unidade e a integridade são obra exclusiva sua. Sua de sonra foi ter dado o primeiro golpe de Estado, dissolvido a Assembleia Constituinte, implantando o absolutismo, estabelecendo as comissões militares de punição contra os rebeldes, mandando fuzilar e exilar patriotas, e não ter exercido a clemência, que mais realça que amesquinha. Sua ação entre 1825 e 1831 cabe noutro capítulo, mas até a primeira data, D. Pedro contou com o apoio e o conselho de Leopoldina, primeira imperatriz do Brasil.

AQUI VOCÊ SOMA A ARTE DE SABER MORAR



COM A INTELIGÊNCIA DE SABER INVESTIR.



A arte de saber morar.

Esta é uma boa oportunidade para você morar no Jardim América, lá na Peixoto Gomide, 1903, na parte plana, junto à Rua Estados Unidos.

Você não só vai morar bem, como estar perto de tudo o que você precisa da Augusta, e ter ainda o Clube Paulistano bem à mão, para os esportes e a vida social.

O apartamento certo para sua família.

Apartamento de 4 dormitórios (1 suíte). 2 vagas na garagem. Face norte. 80% de área livre com lindos jardins.

Acabamento personalizado, isto é, você mesmo tem o prazer de escolher os detalhes do acabamento.

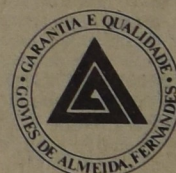
A inteligência de saber investir.

Apartamento a partir de Cr\$ 1.319.000. Pagamento em 80 meses, sem comprovação de renda. Construção em 18 meses. Valorização rápida. Comprando agora você faz um investimento inteligente.

A qualidade é garantida por Gomes de Almeida, Fernandes. Esta é na verdade a grande chance de você morar no Jardim América e ao mesmo tempo a certeza de fazer um excelente negócio.

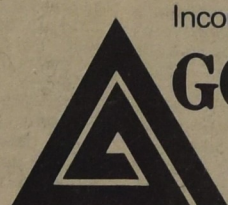
Bom negócio é mais do que sorte. É decisão.

Vá conhecer o Edifício Gauguin.



Rua Peixoto Gomide, 1903, junto à Rua Estados Unidos.

Reservas desde já. Visite ainda hoje nosso stand no local. Aberto até às 23 horas.



Incorporação, construção e acabamento

GOMES de ALMEIDA, FERNANDES

Secovi 243

Melhor qualidade, maior segurança e assistência total.

Centros de Vendas:

No local: diariamente, das 8 às 23 horas.

Jardim América: Rua Estados Unidos, 1971
Tel.: 852-7011 (P.B.X. - 30 ramais).



Planejamento e exclusividade de vendas

LOPES

CONSULTORIA DE IMÓVEIS

Garantia de assistência completa.

Creci 1.320

Paulista: Rua Frei Caneca, 1407 - 10.º andar
Tel.: 284-5011 (P.B.X. - 50 ramais).

No Rio, procure a I OPES-RIO - Rua Prudente de Moraes, 302 - Ipanema - Tel.: 287-6992.